

Curso tratará das alterações do Novo CPC

No período de 3 de agosto a 5 de outubro, a EMAG oferecerá um curso de atualização do novo Código de Processo Civil, tema que vem despertando grande interesse em toda a 3ª Região. O texto do novo CPC foi sancionado em março deste ano pela Presidente Dilma Rousseff. Até então, a versão de referência para a comunidade jurídica era de 1973. As novas regras entrarão em vigor em 16 de março de 2016.



Nesses quarenta anos o Brasil passou por mudanças sociais, econômicas, políticas e jurídicas. Para analisar a adequação do novo CPC às necessidades do Brasil atual, cujas demandas jurídicas tornam-se cada vez mais recorrentes e complexas, a EMAG convidou renomados especialistas.

As inovações introduzidas visam simplificar e agilizar o andamento dos processos judiciais na esfera civil. Uma das mais importantes é a criação de centros de solução consensual de conflitos em todos os tribunais. Além de trazer modificações nos procedimentos,

a nova legislação altera o atual sistema recursal, extinguindo recursos e restringindo o uso de outros.

O novo CPC está disponível para [download](#) na biblioteca do Senado.

O curso tem a direção da Desembargadora Federal Cecilia Mello e a coordenação dos professores doutores Nelson Nery Junior e Georges Abboud. Para a realização do evento, a EMAG conta com o apoio do CEDES (Centro de Estudos de Direito Econômico e Social). Haverá transmissão por videoconferência. [Saiba mais](#)

EMAG faz parceria com universidade americana

Em outubro, a EMAG promoverá um curso sobre “Questões Sensíveis no Direito Internacional”. O programa inclui a discussão do papel da NSA (National Security Agency) e da ABIN (Agência Brasileira de inteligência), além de temas como contraterrorismo, guerra dos drones, tratamento dos delatores e traidores de informações de Estado, conflito de jurisdição e defesa da segurança nacional (Estado Islâmico).

As aulas com tradução simultânea serão ministradas pelo professor Nathan Alexandre Sales, da Syracuse

University College of Law (Nova York, EUA) e Wilson Roberto Trezza, Diretor Geral da ABIN.

A realização do curso é fruto da parceria entre EMAG e Syracuse University. As duas instituições firmaram acordo de cooperação que prevê a concessão de bolsas de estudo, com redução de 50% do custo do Programa de Mestrado oferecido pela universidade, bem como o intercâmbio entre a Justiça brasileira e a norte-americana. O acordo foi assinado pelo Desembargador Federal Fausto De Sanctis, diretor adjunto da EMAG, e pela professora



Aviva Abramovsky, da Universidade de Syracuse (foto).

Curso traz a questão do ciberterrorismo para o debate

No período de 6 a 8 de maio, membros da Polícia Federal, juristas e jornalistas reuniram-se no auditório da EMAG para debater a questão do terrorismo cibernético, tema ainda pouco conhecido no Brasil. O atentado terrorista ao jornal satírico francês – Charlie Hebdo –, em 7 de janeiro de 2015, motivou o Desembargador Federal Fausto De Sanctis a organizar o curso.

O ciberterrorismo é uma das modalidades de terrorismo, crime ainda sem tipificação no Brasil. Essa lacuna deixa o Estado sem instrumentos hábeis para conter esse tipo de violência. Segundo Fausto De Sanctis, o Brasil tem até outubro de 2015 para aprovar a Lei Antiterrorismo, sob pena de sofrer sanções do GAFI (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo).

A internet foi definida pela Procuradora Regional da República Janice Ascari como “a praça pública onde tudo pode ser conhecido”. A professora Janaína Paschoal alertou para “a falsa ilusão de liberdade criada pela rede e que torna o sistema vulnerável a ataques.”

O delegado de Polícia Federal Luiz Eduardo Navajas trouxe informações sobre a *deep web*, submundo digital que hospeda *sites* não indexados pelos mecanismos de busca, usado por *hackers* para transações ilegais como tráfico de armas e venda de pessoas.



No encerramento, os jornalistas William Waack e Mônica Waldvogel (acima) discutiram sobre ataques sofridos pelos veículos de comunicação ao redor do mundo e sobre a liberdade de expressão, especialmente no Brasil.

Magistrados de outras cidades participaram do curso por SCOPIA, ferramenta que permite a realização de reuniões virtuais. Ana Vilela, representante da ENFAM, esteve presente nas aulas para verificar a adequação do uso da ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. [Assista às aulas](#)



Filosofia do Direito: uma reflexão sobre os novos contextos da decisão judicial

O curso “Filosofia e Teoria Geral do Direito: jurisdição e decidibilidade”, realizado de 11 a 15 de maio, no auditório da EMAG, estimulou o debate entre magistrados, servidores e acadêmicos sobre a interpretação e a argumentação na decisão judicial e sua conexão com a política e a moral.

A proposta do curso teve como foco a construção de novas teorias da decisão judicial e a fundamentação de decisões com base em princípios filosóficos, nas situações onde há lacuna legal. Ao final do curso, os magistrados elaboraram textos individuais a partir de reflexão sobre caso concreto de competência da Justiça Federal.

O evento foi coordenado pelos Desembargadores Federais Cecilia Mello, Diretora da EMAG, e David Diniz Dantas. [Leia mais](#)



Curso demonstra como reconhecer argumentos falaciosos



Nem sempre é fácil identificar raciocínios falaciosos, pois, embora equivocados, eles têm uma aparência de verdade. Em qualquer tipo de argumento ou texto jurídico, podemos encontrar falácias. Para tratar do assunto, que se apresenta com frequência no Direito, a EMAG realizou, no período de 20 a 22 de maio, o curso “Falácias: como reconhecê-las e evitá-las”.

Para a Juíza Federal Márcia Hoffmann do Amaral e Silva Turri (foto ao lado), que idealizou o curso, reconhecer argumentos falaciosos num processo judicial, por exemplo, possibilita verificar em que medida as partes têm ou não têm razão. Para o Juiz Federal Caio Moysés de Lima, que ministrou o curso com a magistrada, “saber identificar falácias é uma habilidade” e elas podem estar presentes em qualquer argumento. [Leia mais](#)

Magistrados visitam sistema penitenciário

Entender o funcionamento do sistema carcerário e as estratégias de ação repressiva na esfera dos crimes envolvendo tráfico de drogas foi o principal enfoque do curso “Segurança para Magistrados”, realizado em 28 e 29 de maio.

O curso incluiu uma visita ao Presídio Feminino de São Paulo, considerada uma prisão modelo. Lá os magistrados conheceram as oficinas de trabalho, a capela, o refeitório e o pavilhão das prisioneiras estrangeiras, a maioria presa por tráfico de drogas.



Lourival Gomes, Secretário Estadual da Administração Penitenciária, recebeu os juízes no auditório e esclareceu dúvidas sobre o sistema de revista de visitantes, entrada de celulares na cadeia, visita íntima, *body scam* etc.

O curso foi coordenado pelos Desembargadores Federais Cecília Mello e Cotrim Guimarães, Presidente da Comissão de Segurança do TRF3.

Capacitação de novos conciliadores

Com o apoio da EMAG, o Gabinete de Conciliação da 3ª Região realizou, de 8 a 12 de junho, a parte teórica do curso de Capacitação de Conciliadores para servidores da Justiça Federal e voluntários do público externo, no auditório da Escola.

Magistrados e servidores federais da 3ª Região, habilitados como instrutores em conciliação pelo TRF3 e pelo CNJ, falaram sobre temas como moderna teoria do conflito, teoria da negociação, técnicas de conciliação, código de ética dos conciliadores, a conciliação e o novo Código de Processo Civil, entre outros. A parte final do curso foi dedicada a atividades em grupo sobre práticas a serem aplicadas nas audiências.

Concluída a parte teórica, os alunos deverão cumprir 30 horas de estágio obrigatório na Central de Conciliação, localizada na Praça da República, centro de São Paulo. O estágio deverá ser realizado de 15 de junho a 15 de dezembro de 2015. Nesse período eles terão oportunidade de aplicar, sob a supervisão de conciliadores, as técnicas aprendidas nas aulas teóricas. O curso teve a coordenação da Desembargadora Federal Mônica Autran Machado Nobre, coordenadora do Gabinete de Conciliação da 3ª Região.



Parceria CEDES/EMAG: questões econômicas e jurídicas em debate

A complexidade das questões econômicas na atualidade exige do juiz um conhecimento mais aprofundado. Para propiciar o intercâmbio de ideias e a compreensão dos fatos além dos limites jurídicos, a EMAG tem trabalhado em conjunto com o CEDES (Centro de Estudos de Direito Econômico e Social) na realização de cursos para o Judiciário.

O CEDES é uma instituição que promove debates, pesquisas e seminários na busca de soluções para as grandes questões jurídicas, econômicas e sociais que afetam a sociedade.

Como resultado dessa parceria, foram realizados os cursos de “Direito Antitruste”, “Economia para o Direito” e “Poder Judiciário no século XXI”. O próximo evento, “Teoria dos jogos aplicada ao Direito”, ocorre de 22 a 26 de junho.



Curso de Direito Antitruste

Em março, magistrados, membros do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e da AJUFE (Associação dos Juizes Federais do Brasil), advogados, professores da FGV e da USP trataram de assuntos como defesa da concorrência, regulação, infrações à ordem econômica, controle de condutas e atuação do Judiciário. [Leia mais](#)

O Ministro Ricardo Villas Bôas Cuevas, do Superior Tribunal de Justiça, falou na aula inaugural sobre “[Sham Litigation](#)” — Instituto do Direito Norte-Americano, uma variação da litigância de má-fé. O curso, coordenado pelos Desembargadores Federais Cecilia Mello, diretora da EMAG, e José Marcos Lunardelli, membro da diretoria da AJUFE, pode ser acessado em nossa página.

[Assista às aulas no canal EMAG](#)

Justiça e o Poder Judiciário no século XXI

Num país com mais de 100 milhões de processos em tramitação, é inegável que o Judiciário precisa discutir como superar velhos obstáculos e garantir o acesso à Justiça dos menos favorecidos. O curso, realizado entre 27 a 30 de abril, mostrou que o uso da tecnologia, como o processo eletrônico, a nova edição do Código de Processo Civil, a resolução de conflitos por métodos alternativos, como a conciliação, indicam alguns caminhos a serem trilhados.



Em sua exposição, [Flávio Croce Caetano](#) (foto acima), Secretário da Reforma do Poder Judiciário do Ministério da Justiça, falou sobre a necessidade de melhorar a gestão do Judiciário para chegar à excelência. A coordenação do curso esteve a cargo do Desembargador Federal José Marcos Lunardelli, presidente da AJUFE, da Desembargadora Federal Cecilia Mello, diretora da EMAG, e do presidente do CEDES, Grandino Rodas. [Assista às aulas no canal EMAG](#)

Economia para o Direito

O curso, realizado entre 25 e 29 de maio, apresentou os principais fundamentos da teoria econômica. O Professor Heron Carlos Esvael do Carmo, que ministrou as aulas, explicou que “em momentos de crise econômica, questões envolvendo o sistema financeiro podem impactar a economia e as finanças públicas e, consequentemente, ter reflexo no Judiciário”. [Leia mais](#)



O papel do gestor no processo motivacional

Criar um ambiente motivacional, em que todos trabalhem em sintonia e sintam-se recompensados, é o desafio que levou a EMAG a disponibilizar na plataforma moodle o curso “Gestão de pessoas – O papel do gestor no processo motivacional”, no mês de abril. O conteúdo foi desenvolvido pelas servidoras Cristine Friesen e Heloísa Aguilar Hajnal que também fizeram a tutoria do curso.

A capacitação do juiz na área administrativa atende a uma das expectativas estipuladas pelo CNJ em seu Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário.

Em razão da ótima avaliação pelos participantes, a EMAG pretende oferecer novamente o curso, no segundo semestre deste ano.

“O curso acrescentou conhecimentos importantes no trabalho diário, especialmente no que se refere à busca de qualidade com os servidores, voltada ao objetivo comum de excelência da prestação judicial”.

LEILA PAIVA MORRISON (Juíza Federal)

Segurança da Informação

Com a proposta de orientar como gerenciar os riscos a que estamos expostos no mundo virtual, a EMAG realizou de 9 a 31 de março o curso “Segurança da Informação: Aprenda a proteger sua estação de trabalho e seus dados no ambiente digital”, na modalidade a distância.

Segundo Emmanuel Felix Lopes da Silva, responsável pela instrutoria e tutoria do curso, “todo sistema tecnológico é vulnerável”. Por isso, a proteção dos dados que circulam na internet deve ser uma preocupação de todos os que acessam a rede.

Dicas básicas para quem acessa as redes sociais, boas práticas no uso da estação de trabalho, alerta sobre o uso de mecanismos de segurança nos computadores foram alguns dos assuntos apresentados em videoaulas.

Leia a avaliação de quem participou do curso:

“O curso foi ministrado em linguagem didática e acessível a quem é simples usuário, sem conhecimento mais apurado de informática.”

ED LYRA LEAL (Juiz Federal)

“Parabenizo os organizadores por transmitirem o conhecimento, muitas vezes estranho ao operador do Direito, de forma didática e concisa.”

GABRIELLA NAVES BARBOSA (Juíza Federal)

PROXIMOS EVENTOS

- ◆ Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas- PROVITA (em organização)
- ◆ Novo Código de Processo Civil 3 de agosto a 5 de outubro
- ◆ Corrupção e Sociedade 17 e 18 de setembro
- ◆ Questões Sensíveis no Direito Internacional - Inteligência (NSA e ABIN), Drones, Delatores e Estado Islâmico 26 a 28 de outubro



A arte de observar a arte

Exercitar o olhar para a apreciação de obras de arte foi a proposta do curso de História da Arte, Módulo II: “Do Renascimento ao Impressionismo”, ministrado de 7 de abril a 19 de maio por Wladimir Wagner, artista visual e designer gráfico, servidor do TRF3.

Em doze encontros, o curso trabalhou conceitos básicos sobre arte, com foco nas artes visuais (pintura, escultura, arquitetura, etc.), no período compreendido entre os séculos XV e XIX da arte ocidental.

Como atividades complementares os alunos visitaram o Museu de Arte Sacra de São Paulo e o MASP, que incluiu vivência em ateliê.

O blog www.encontroscomarte.blogspot.com traz alguns trabalhos realizados no curso.

VÍDEO EMAG

A situação do preso estrangeiro no Brasil

Destaque do Vídeo EMAG no mês de junho, o tema foi analisado no II Fórum Nacional de Juizes Federais Criminais, realizado de 14 a 16 de agosto de 2013, na Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região.

Em sua exposição, a Juíza de Direito Nidea Rita Coltro Sorci, da 2ª Vara de Execuções Criminais de São Paulo, traçou um perfil do preso estrangeiro, falou sobre o processo de execução e sobre o posicionamento dos magistrados em relação à concessão do benefício de progressão de pena. [Assista](#)



Publicação da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região

Redação e Revisão:

João Rodrigues de Jesus e Vera Lucia Emidio

Estagiária em Comunicação:

Jéssica Rodrigues Cruz Vieira

Diagramação e Arte:

Clarice Michielan e Wladimir Wagner

Colaboração:

Assessoria de Comunicação - ACOM

Diretora da EMAG:
Desembargadora Federal Cecília Mello

Assessora:

Marta Fernandes Marinho Curia

Diretora da Divisão de Educação Corporativa e Gestão de Acervo

Ana Mariza Vanzin

Jornalista Responsável: Clarice Michielan - MTb 23710